



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL,  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL,  
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará divulga o Relatório de Gestão Fiscal - RGF do 3º quadrimestre de 2025, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, composto pelo Anexo I - Demonstrativo de Despesa com Pessoal.

**S - ANEXO I (LRF, art.55, inciso L, alínea "a")**

TE: HAF - Coordenação de Gestão da Água/Plano Técnico de Aproveitamento - TPA  
28/01/26 13:56  
as determinações elaboradas na presente lei seguem procedimento de cada exerce, os valores de retenção a pagar são processados automaticamente em 31 de dezembro de cada exercício contabilizado a seu correspondente valor constante. Esses valores são subtraídos a menor pelo seu correspondente, e somados no resultado final de cada exercício.

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fortaleza, 28 de junho de 2016

~~Sérgio Mendes de Oliveira Faria  
Secretário de Finanças~~

**Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

  
Raquel Lopes Ferreira  
Secretaria de Governança Institucional



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE FINANÇAS

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - PODER JUDICIÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA - JANEIRO A DEZEMBRO/2025

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea "a")

(R\$ 1,00)

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					Disponibilidade de caixa líquida antes da inscrição em Restos a Pagar não processados	Restos e pagar empenhados e não liquidados do exercício	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)	Disponibilidade de Caixa Líquida após a inscrição em Restos a Pagar não Processados				
		Restos a Pagar Líquidos e não pagos		Restos a Pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores	Demais Obrigações Financeiras									
		De exercícios anteriores	Do Exercício											
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))	(g)	(h)=(f-g)					
<b>TOTAL DOS REC. NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>4.917.820,29</b>	<b>0,00</b>	<b>1.164.115,84</b>	<b>101.232,53</b>	<b>0,00</b>	<b>3.652.471,92</b>	<b>3.652.471,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>					
<b>RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>4.917.820,29</b>	<b>0,00</b>	<b>1.164.115,84</b>	<b>101.232,53</b>	<b>0,00</b>	<b>3.652.471,92</b>	<b>3.652.471,92</b>			<b>0,00</b>				
<b>TOTAL DOS REC. VINCULADOS (II)</b>	<b>911.435.434,42</b>	<b>2.913,30</b>	<b>2.130.792,61</b>	<b>35.666.339,54</b>	<b>391.420.523,64</b>	<b>482.214.865,33</b>	<b>91.195.266,54</b>	<b>0,00</b>	<b>391.019.598,79</b>					
Recursos Vinc. a Previdência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recursos Vinculados a Fundos	<b>516.704.084,00</b>	<b>2.913,30</b>	<b>2.126.367,00</b>	<b>35.666.339,41</b>	<b>6.052,19</b>	<b>478.902.412,10</b>	<b>89.609.956,08</b>			<b>389.292.456,02</b>				
Recursos de Operações de Crédito BID/PROMOJUD	<b>1.589.736,20</b>	<b>0,00</b>	<b>4.425,61</b>	<b>0,13</b>	<b>0,00</b>	<b>1.585.310,46</b>	<b>1.585.310,46</b>			<b>0,00</b>				
Recursos de Alienação de Bens/Ativos -FERMOJU	<b>1.758.048,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.758.048,66</b>		<b>0,00</b>		<b>1.758.048,66</b>				
Recursos Extraordinários Vinculados a Precatórios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recursos Extraordinários Vinc. a Depósitos Judiciais	<b>211.900.566,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>211.900.566,87</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>				
Outros Recursos Extraorçamentários - Fianças	<b>179.482.998,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>179.513.904,58</b>		<b>-30.905,89</b>	<b>0,00</b>		<b>-30.905,89</b>				
Outros Recursos Vinculados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>916.353.254,71</b>	<b>2.913,30</b>	<b>3.294.908,45</b>	<b>35.767.572,07</b>	<b>391.420.523,64</b>	<b>485.867.337,25</b>	<b>94.847.738,46</b>	<b>0,00</b>	<b>391.019.598,79</b>					

FONTE: CONSULTA 9851/SIAFE; SEFIN/CONT; 24/01/2026 13:43

NOTA 1: Os recursos de dep. judiciais no montante de R\$ 211.900.566,87, referente-se a 30% do valor de Fundo de Reserva sob a guarda do TJ pertencentes a terceiros;

NOTA 2: Os recursos dos fundos são considerados vinculados conforme legislação das mesmas (FERMOJU - FUNSEG- FECDOJ)

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 28 janeiro de 2026.

Sérgio Mendes de Oliveira Filho  
Secretário de Finanças

Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025 - PUBLICAÇÃO

RLF, art. 48 – Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	R\$1,00
Receita Corrente Líquida	<b>39.618.216.873,59</b>	
Receita Corrente Líquida Ajustada	<b>39.414.799.676,81</b>	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	<b>1.606.402.096,27</b>	<b>4,08</b>
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da RLF) - <%>	2.364.887.980,61	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da RLF) - <%>	2.246.643.581,58	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da RLF) - <%>	2.128.399.182,55	5,40
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	94.847.738,46	391.019.598,79

FONTE: SIAFE, Gerência de Contabilidade e Controle - TJCE, 27 de janeiro de 2026

**Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fortaleza, 28 de janeiro de 2026.**